

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL: LAZER E TURISMO NO CONTEXTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO (BRASIL)

Lívia Morais Garcia Lima¹
Universidade Estadual de Campinas
São Paulo - Brasil

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar o papel e as possibilidades da atividade turística e de lazer na educação, reabilitação e promoção do patrimônio cultural rural em fazendas históricas paulistas, como uma das modalidades da animação sociocultural. Esse processo foi realizado a partir da metodologia da História Oral onde o patrimônio é explorado como espaço turístico educacional dentro do campo da educação não formal, voltado para o público adulto e idoso. Este estudo vem contribuir para uma reflexão no campo da educação não formal não como alternativa à escolarização, mas como parte integrante da discussão do tempo livre e do lazer como um campo da educação não formal que continua existindo ao longo da vida do indivíduo.

Palavras-chave: Educação não formal. Animação Sociocultural. Animação Turística. Patrimônio.

NON-FORMAL EDUCATION AND SOCIOCULTURAL ANIMATION: LEISURE AND TOURISM IN THE CONTEXT OF CULTURAL RURAL HERITAGE IN STATE OF SAO PAULO (BRAZIL)

ABSTRACT: This paper aims to examine the role and possibilities of tourism and leisure in education, rehabilitation and promotion of cultural heritage in rural São Paulo historic farms, as one of the modalities of sociocultural animation. This process was conducted based on the methodology of oral history where the heritage is explored as an educational tourist area within the field of non-formal education, adult and facing the elderly public. This study contributes to a reflection in the field of non-formal education not as an alternative to schooling, but as an integral part of the discussion of free time and leisure as a field of non-formal education that continues to exist throughout the life of the individual.

Keywords: Non-formal education. Sociocultural activities. Tourist activities. Heritage.

EDUCACIÓN NO FORMAL Y ANIMACIÓN SOCIOCULTURAL: OCIO Y TURISMO EN EL CONTEXTO DEL PATRIMONIO CULTURAL RURAL EN REGIÓN DE SAO PAULO (BRASIL)

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo examinar el papel y las posibilidades del turismo y del ocio en la educación, la rehabilitación y la promoción del patrimonio cultural rural en haciendas históricas en región de São Paulo, como una de las modalidades de la animación

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Bacharel em Turismo pela UNESP. Campinas – SP. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo – FAPESP.

sociocultural. Este proceso se llevó a cabo sobre la base de la metodología de la historia oral en el que el patrimonio es explorado como una área turística educativa en el campo de la educación no formal, de adultos y de cara al público de edad avanzada. Este estudio contribuye a una reflexión en el ámbito de la educación no formal no como una alternativa a la enseñanza, sino como una parte integral de la discusión del tiempo libre y el ocio como un campo de la educación no formal que sigue existiendo en toda la vida del individuo.

Palabras-clave: Educación no formal. Animación Sociocultural. Animación Turística. Patrimonio.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar o papel e as possibilidades da atividade turística e de lazer na educação, reabilitação e promoção do patrimônio cultural rural paulista, como uma das modalidades da animação sociocultural, dentro do campo da educação não formal.

O espaço empírico do presente artigo é o das fazendas históricas paulistas, selecionadas pelo projeto em Políticas Públicas, finalizado em março de 2012, denominado: Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo (Oitava Chamada para o Programa de Pesquisa em Políticas Públicas – PPPP). O projeto foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, em parceria com o Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, no período de 2008 a 2012, ao qual a presente pesquisa esteve vinculada.

O projeto PPPP/FAPESP reuniu dezoito propriedades em regiões significativas do Estado de São Paulo (Brasil), sendo essas definidas pelos núcleos regionais compostos pelas cidades de Campinas, Limeira-Rio Claro, São Carlos-Araraquara, Itu, Mococa-Casa Branca e Vale do Paraíba. A Associação das Fazendas Históricas Paulistas atualmente é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) responsável por reunir essas propriedades históricas dos séculos XVIII, XIX, e início do século XX que trabalham com turismo no espaço rural. O projeto teve como objetivo principal disponibilizar um conjunto de instrumentos e de metodologias de gestão, de conservação e de difusão para os responsáveis por esse patrimônio cultural rural, tanto os proprietários quanto as respectivas instâncias públicas pertinentes à área da cultura, da educação e do turismo dos vários municípios onde tais fazendas se localizam.

Nessa perspectiva, os temas importantes e entre os quais gostaria de enquadrar minhas reflexões e novos horizontes no presente artigo, são: o turismo, o lazer, o patrimônio e a educação. Ressalto assim, a ideia de patrimônio em um contexto mais amplo da cultura, potencialmente utilizado em processos educativos não formais, ao longo da vida de um indivíduo.

Das dezoito fazendas históricas envolvidas no projeto, três foram selecionadas levando-se em conta o desenvolvimento de atividades de turismo cultural e educação patrimonial nas mesmas e sua localização em espaços centrais do estado de São Paulo:

- Fazenda Quilombo: localizada no município de Limeira – SP.
- Fazenda Santo Antônio da Água Limpa: localizada no município de Mococa – SP.
- Fazenda Bela Vista: localizada no município de Dourado – SP.

A escolha dessa área central do Estado justifica-se pela concentração de fazendas históricas disponíveis e sensíveis à proposta, além de ser uma região que foi constitutiva, segundo o relatório de pesquisa do projeto fazendas², por meio dessas fazendas de café, de relações econômicas e sociais que deram origem a muitas das práticas culturais paulistas, tornando-se, portanto, representativa da integração da cultura caipira aos novos modos de vida trazidos pelo migrante.

A metodologia qualitativa da história oral vem contribuindo para a construção do corpus da pesquisa, porque vem tratando a entrevista com os participantes como um momento de troca entre o pesquisador e o pesquisado, permitindo assim novas reflexões sobre o imaginário e o espaço rural paulista. Foram construídos roteiros para a realização de entrevistas com os responsáveis pelas propriedades históricas selecionadas, com os monitores e com visitantes/turistas, com ênfase em duas técnicas: a entrevista aberta e o depoimento temático.

Além disso, houve a priorização dos visitantes adultos e idosos na fase de coleta de dados, porque no projeto percebo que o que buscamos é o prazer de conhecer os patrimônios materiais e imateriais das propriedades rurais, em um processo de autoconhecimento dos sujeitos observados, que parece só acontecer depois da idade adulta. Por isso crianças e adolescentes que visitam as fazendas históricas, levados por uma exigência do currículo formal, não se coadunavam com o objetivo principal da pesquisa e não serão ouvidos.

Em relação aos estudos no meio rural o neologismo rurbanização³ será empregado neste artigo, pois tenho consciência do caráter difuso das fronteiras desses espaços, em que “a crise do mundo rural e as perspectivas em que a mesma tem vindo a ser discutida, revelam que o espaço rural é portador de novas dinâmicas que convidam a

² Projeto aprovado no Programa Auxílio à Pesquisa – Regular - Chamada 09/2011 de Propostas FAPESP-SEC/Condephaat: inventários de identificação, análise e seleção do Patrimônio Cultural Paulista, desmembrado em dois processos.

³ O neologismo - rurbarno ou rurbanização - foi empregado por Gilberto Freyre (1982), para definir uma comunidade que habita um perímetro conceitualmente definido como urbano, mas que na realidade continua mantendo suas características rurais. São cidades com menos de 10 mil habitantes conforme o grau de densidade de ocupação humana nesse perímetro, urbano ou não urbano. Assim como afirma o autor, o conceito de rurbanização é: Um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional - a do Nordeste, por exemplo, ou nacional - a do Brasil como um todo - valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos.

novas abordagens e obrigam a redefinir os termos do debate sobre o mundo rural”. (PEIXOTO, 2004, p. 2).

Nesse sentido, o mundo rural é hoje atravessado por uma nova valorização, decorrente das procuras alternativas de lazer, longe das grandes metrópoles, do turismo de massas⁴, “sendo definido como um cenário da educação não formal, marcado pela descontinuidade, pela eventualidade, pela informalidade”. (ANTUNES, p. 29, 2007)

Assim, no presente artigo, procuro salientar o patrimônio imaterial, no sentido de compreendermos os modos de ser, de fazer e de viver dessa população que, habitando espaços rurais (seja sazonalmente ou permanentemente), possuem características culturais que a diferenciam dos habitantes das grandes metrópoles e que remetem aos costumes, hábitos, vivências e principalmente ao imaginário do homem rural, o qual atualmente ainda se mostra presente em recordações e lembranças de adultos e idosos, vivendo em espaço urbano.

Talvez esteja aí a força de apelo, apresentada pelas atividades de turismo cultural e de lazer no espaço rural ofertadas pelas fazendas históricas paulistas. É o que pretendo investigar.

Educação não formal e seus desafios

Para uma melhor compreensão sobre educação, Trilla (2011) ressalta sua realidade complexa, dispersa, heterogênea e versátil, o que me faz concluir que a educação envolve algo muito mais amplo do que pensar somente o espaço escolar. Para Trilla (2011, p. 118) “la educación, desde el punto de vista de sus efectos, es un proceso holístico y sinérgico, un proceso cuya resultante no es la simple acumulación o suma de las distintas experiencias educativas que vive el sujeto, sino una combinación mucho más compleja en la que tales experiencias se influyen mutuamente.”

Nesse sentido, o autor afirma que a escola é seguramente a instituição pedagógica mais importante que uma sociedade pode ter, mas apesar de sua indiscutível relevância, a escola é apenas um dos ambientes em que ocorre a educação e não está apta para qualquer tipo de objetivo educativo.

A escola é uma instituição que exerce uma força radicalizadora na separação das educações e no quadro da ideologia da aprendizagem ao longo da vida, segundo Palhares (2013), que também afirma que essa instituição caminha agora para um maior enclausuramento disciplinar, cujo cenário de crise econômica e financeira ajudou a operar.

No estado atual do Brasil a maioria dos indivíduos já frequentou a escola, seja por um período pequeno de tempo, completando o ensino médio ou mesmo o ensino

⁴ “Considerando-se o volume, o turismo pode ser de minorias ou de massas. Este critério não se refere ao número de pessoas que viajam em determinada ocasião, mas ao número de pessoas que habitualmente demanda certo tipo de serviço. Aquelas destinações que todo mundo quer pertencem ao turismo de massas.” (BARRETTO, 2001, p. 18).

superior. Assim, todos nós temos histórias sobre essa experiência e o que ela significa ou significou, e como consequência, o que a educação é ou deveria ser. Mesmo aqueles que não tiveram a chance de frequentar a escola ouviram histórias daqueles que o fizeram e guardam um desejo forte de fazê-lo, como demonstram a pesquisa de Sousa e Fontes (2011) e os estudos realizados com alunos dos cursos de alfabetização de jovens e adultos⁵.

Assim, resalto o quão presente a educação formal se encontra em nossa sociedade, uniformizando os padrões sociais. O espaço da escola é marcado pela formalidade, regularidade e sequencialidade. São por esses motivos que no presente artigo discutiremos a importância de variados processos e mecanismos educativos, entre eles, os espaços não escolares e as áreas de atuação da educação não formal.

Complementando a discussão acima, Afonso (1989, p. 78) ressalta que “a educação não formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade) diverge ainda da educação formal; no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto”.

Em relação à bibliografia brasileira sobre o conceito, Garcia (2009), nos mostra que até bem pouco tempo essa modalidade educacional quase não era considerada como um campo específico dentro do contexto educacional no Brasil e em sua tese de doutoramento analisa o campo da educação não formal a partir das políticas públicas para crianças e adolescentes e nesse contexto é considerada sua relação com a educação social.

Sobre a cidade como espaço de educação não formal e potencialmente educadora, a autora Fernandes (2007), nos apresenta a ideia de que nesse caso, é necessário o envolvimento de equipamentos e instituições sociais, artísticas, culturais e de lazer e espaços públicos disponíveis no espectro da cidade, contribuindo dessa forma para a discussão e reflexão de um universo ampliado de práticas educativas que acontecem fora das instituições escolares e para diferentes grupos etários.

A autora também nos dá possíveis indícios, elementos e parâmetros de análise para se pensar na cidade como potencial para ser uma cidade educadora e para que se estabeleça uma relação positiva entre cidade e educação, com públicos de diferentes idades, fazendo assim, uma aproximação da música, teatro, dança, lazer e tempo livre como âmbitos da educação não formal.

O termo não formal refere-se ao que não é formal, mas que também não é informal, e assim, visa focar o que está fora dos espaços escolares. Embora o termo indique uma contraposição ao que é formal/escolar não é neste sentido que quero entendê-lo. Algo não pode ser definido por uma negação, o que mostra uma tentativa não

⁵ Grupo de estudo e pesquisa em educação de jovens e adultos (GEPEJA) da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, certificado pelo CNPq. Professores responsáveis: Dra. Sonia Giubilei e Dra. Débora Cristina Jeffrey.

fértil de construir um conceito de educação, por meio de uma nova terminologia. Bastar-nos-ia tratar da educação em contextos múltiplos e ampliados, sob muitas formas e com variados públicos.

Nesse sentido, é necessário o questionamento do tradicionalmente instituído pela escola formal, o que nos traz a autora Fernandes (2007, p. 8) afirmando que “a educação em termos gerais, incluindo a formal e a não formal, envolvendo a educação pela/na/da cidade, incluindo tanto as práticas institucionalizadas e as que ocorrem fora das instituições são a oportunidade para o questionamento do tradicionalmente instituído e a construção e surgimento do novo, ousado, transgressor, que carrega consigo o potencial para as mudanças e transformações”.

Na Espanha foram identificados novos âmbitos de ações da educação não formal como: alfabetização, formação laboral, lazer e tempo livre, educação para o consumo, educação para a saúde, educação urbana, educação ambiental, conservação do patrimônio e animação sociocultural. Nessa perspectiva, abordo a seguir sobre o conceito de animação sociocultural e o possível vínculo entre o campo do turismo, denominando-se animação turística.

Novos âmbitos da educação não formal: a animação sociocultural

Partindo da divisão do universo educativo perante as três áreas: formal, não formal e informal, Trilla (2008, p. 27) afirma que a Animação Sociocultural situa-se como área de atuação da educação não formal, já que

“las características que suelen tener los programas educativos no formales son: atención a necesidades e intereses concretos de las poblaciones receptoras, uso de metodologías activas y participativas, escasos o nulos requerimientos académicos y administrativos para el enrolamiento en las actividades, contenidos generalmente muy contextualizados, escasa uniformidad en cuanto a espacios y tiempos, etc”.

Um dos principais e atuais estudiosos sobre Animação Sociocultural (ASC) na Espanha, Victor Ventosa, afirma que a ASC não constitui uma ciência autônoma em si mesma, porque sua fundamentação teórica advém do contributo de outras ciências como a psicologia, a pedagogia social, a sociologia e a antropologia. O autor ainda ressalta que não se pode limitar a ASC a um conjunto de práticas, dado que as atividades que constituem a prática da ASC, como artísticas, lúdicas e esportivas, não são exclusivas dela, e o que realmente converte uma ação em ASC não é o seu conteúdo, mas a sua metodologia, de que resulta a participação ativa de seus destinatários.

Outro importante autor espanhol, Jaume Trilla complementa a ideia, afirmando que

“uno de los retos más difíciles y a la vez incitantes que se plantean a la formación académica y reglada de animadores socioculturales es el de cómo afrontar el encuentro entre el dinamismo, la versatilidad, la flexibilidad, la abertura, la implicación y la practicidad que son consustanciales a la tarea de estos agentes, y las exigencias propias de las estructuras académicas de formación. Como conjugar la fluidez del campo de acción con la sistematicidad de la formación; la realidad de un saber muy experiencial y todavía bastante deslavazado con la exigencia de fundamentación teórica y de rigor conceptual de lo académico.” (TRILLA, 2008, p. 7).

Toda a argumentação sobre o tema proposto, nos chama a atenção para que entre os âmbitos de intervenção usados pela Animação Sociocultural, o do ócio é sem dúvida inseparável do conceito e um dos mais populares e frequentes, tanto em uma perspectiva sincrônica como diacrônica, a ponto de se confundirem os dois conceitos. Nesse sentido, “o ócio é aquela parte do tempo livre suscetível de ser aproveitada ativamente através da metodologia da animação sociocultural, âmbito este que por sua vez toma parte da educação social.” (VENTOSA, 2011, p. 161).

Para a diferenciação dos conceitos, Cuenca (2009) analisa o binômio em questão, considerando o ócio como um âmbito e como um objeto da animação, diferenciando os conceitos em função das suas diferentes metas: enquanto que o ócio tem como finalidade a satisfação vital, a Animação Sociocultural promove a participação e o desenvolvimento.

Há dimensões positivas e educativas do ócio que, por isso, são tratadas pela pedagogia do ócio, mas que não são objetos da animação sociocultural, como é o caso do ócio individual ou segundo Leif (1992), o tempo para si mesmo. A ASC, portanto, segue e centra-se no ócio compartilhado, nesse tempo para “compartilhar com pessoas” (VENTOSA, 2012 p. 140).

Um dos âmbitos mais associados e relacionados com a ASC além do ócio é o tempo livre. Ventosa (2011) nos chama a atenção para que no contexto ibero-americano, estes dois conceitos apresentam-se sempre juntos, quando na realidade são dois conceitos bem distintos, apesar de intimamente relacionados.

Desse modo, o ócio é o tempo livre aproveitado, diferente do tempo livre perdido ou estéril, que se pode chamar de ociosidade, não basta multiplicar os produtos culturais e os difundirmos massivamente para conquistar um verdadeiro desenvolvimento cultural e aumentar o tempo livre dos indivíduos para conseguir uma liberdade humana.

É necessário então, refletir e analisar o tempo livre como tempo livre de necessidades e de obrigações para convertê-lo em fonte de desenvolvimento e não em um âmbito de consumo e desocupação forçada. Nesse sentido, Ander-Egg (1983) afirma que “el tiempo libre se presenta como él ámbito temporal privilegiado para las tareas de

animación, puesto que puede promover una serie de actividades mediante las cuales es posible satisfacer las necesidades y aspiraciones de la gente más allá de la esfera del trabajo.” (ANDER-EGG, 1983, p. 101).

As características definidoras do ócio foram consolidando-se a partir das contribuições de autores clássicos como Dumazedier (1979), afirmando que com a democratização da cultura, foi possível a conquista do ócio como requisito para alcançar a cultura, mas também com contribuições de autores contemporâneos como Trilla (2011) que complementa características essenciais que uma atividade de tempo livre deve ter, para converter-se em ócio autêntico, como autonomia, autotelismo e prazer.

Nesse sentido, Groppo (2005) ressalta que “os direitos sociais contemplavam uma jornada de trabalho diária definida e o fim de semana livre. Logo, também o direito a férias e aposentadoria. Estava se democratizando na sociedade moderna o tempo livre, logo direcionado ao lazer, seja este no fim do dia, da semana, do ano ou da vida. Novos valores sociais foram sendo moldados por esta revolução do tempo livre – seriam os valores do lazer, referências para a sociedade pós-industrial”. (GROPPO, 2005, p. 17).

Assim, se torna essencial o desvinculamento das atividades associadas ao lazer em relação às obrigações sociais, políticas, religiosas, etc, e Groppo (2005) ainda afirma que é apenas com a indústria que se torna possível uma separação estrita entre lugar de moradia e lugar de produção, entre lar e trabalho, ou seja, trata-se do processo de conquista, pelo lazer, de sua autonomia enquanto esfera de ação social.

O lazer não se impôs na modernidade apenas através da quantidade e sim pelas experiências mais criativas e arrojadas “que marcaram e abriram para a revolução do lazer, como por exemplo, o movimento *hippie* no evento como o Festival de Woodstock, em 1969”. (GROPPO, 2005, p. 37). A fronteira entre tempo livre e ócio são históricas e culturalmente diversas e que também o são em relação às variáveis como: classe social, gênero, idade, etc.

Assim, é necessário a discussão e entendimento da palavra “ocio”, em espanhol, que no Brasil traduzimos como lazer. Trilla (2011) afirma que a atividade de ócio no sentido mais restrito da palavra se caracteriza a partir de três condições essenciais: autonomia, “autotelismo” (finalidade em si mesmo) e vivência prazerosa.

A autonomia significa a liberdade para eleger a atividade de ócio quando o indivíduo durante a atividade conserva plena responsabilidade sobre o seu desenvolvimento e a maneira de realizá-la, portanto o ócio pressupõe a existência do tempo livre, segundo Trilla (2011). Mas deixa claro que a autonomia nunca é total, o indivíduo durante uma atividade de lazer goza de autonomia dentro do campo de liberdade delimitado por fatores contextuais, psico-fisiológicos, simbólicos, legais, etc.

A segunda condição do conceito de ócio é o *autotelismo*, palavra em espanhol que significa ter a finalidade em si mesmo, isto é, a atividade de ócio é desejada não em função do que produz posteriormente, se não em si mesma, ainda quando a atividade possa produzir em muitos casos algum resultado ou bem material. Se a ênfase da

atividade é dirigida para um rendimento material ou econômico, a causa é uma profissão e não o lazer.

A terceira e última condição do conceito de ócio é a vivência prazerosa e satisfatória. Trilla (2011) afirma que um ócio penoso e tedioso é um ócio fracassado e que na realidade não é ócio, é um tempo impotente e ineficaz. O autor ainda deixa claro que não se deve confundir o ócio prazeroso com a palavra diversão e sim a atividade de ócio supõem estar bem com o que se faz, sentindo-se gratificado pelo mero sentido de fazê-la.

Em sua reflexão sobre ócio e tempo livre, Trilla (2011) ainda ressalta a importância de não cair em uma visão idealista e romântica e que os conceitos como autonomia, liberdade, responsabilidade e voluntariado são extremamente complexos e subjetivos. O autor afirma que as representações sociais ao longo da história do lazer e do tempo livre, têm sido diversas. A partir do lazer se tem construído imagens positivas e também negativas. Em sociedades como as da Grécia Clássica, de Roma ou durante a Idade Média, o lazer como algo desejável foi considerado como um valor, incluído como algo que dignificava e poderia tornar a vida do ser humano feliz e virtuosa.

Nessa perspectiva, duas conclusões foram levantadas pelo autor Groppo (2005), a de que

“O Lazer (e o Turismo) é uma esfera de ação social potencialmente autônoma; as práticas de lazer (e de turismo) são aquelas nas quais o ser humano apresenta a si mesmo de modo autêntico, completo e verdadeiro, ou seja, não mais encenando um certo papel social exigido pelos procedimentos de uma dada instituição burocratizada, mas tendo espaço, tempo, condições e motivações (mas não obrigatoriedade) para apresentar-se como ser humano integral.” (GROPPO, 2005, p. 28).

É nesse sentido da não obrigatoriedade e da motivação, que acredito ser necessário analisar e discutir sobre o fenômeno da animação sociocultural, sendo fundamental estabelecer e ressaltar os meios e experiências práticas, que segundo Ventosa (2011) pode acontecer através de três vias: os meios de comunicação, do teatro e dos espaços e infraestruturas.

Nessa perspectiva, Lopes (2009) também ressalta a animação turística como um âmbito da animação sociocultural e que a cada dia cresce nos países europeus, principalmente na Espanha e Portugal.

Animação turística e turismo cultural: diálogos possíveis

Para uma reflexão sobre o conceito de animação sociocultural e o possível vínculo entre o campo do turismo, resalto no presente artigo o caráter polissêmico que o termo animação acarreta, assim como o próprio conceito de turismo.

Constata-se que no início do século XXI a existência do ócio generalizado nos países desenvolvidos, um ócio em que o turismo aparece como uma das experiências

mais desejadas e representativas ressalta-se o turismo como indústria, “resultado da quarta vaga tecnológica que tornou uma realidade o fenômeno migratório de massas e cujo protagonista é o turista.” (TURNER; ASH, 1991, p. 19).

O turismo, na sua prática, não é apenas uma atividade econômica, e sim vai para além dessa visão redutora, sendo denominado como um fenômeno social, face àqueles que identificam turismo com experiências que se compram e vendem. Silva e Ribeiro (2013) acreditam que o turismo não é sinônimo de mundos de ficção, nem de imagens, nem de marcas e sim como “ócio humanista e experiencial, exige internalização. Na vivência do turismo o indivíduo não é só comprador ou consumidor mas também protagonista de uma experiência. O turismo é uma vivência satisfatória que se obtém quando o indivíduo atribui significado àquilo que faz.” (SILVA; RIBEIRO, 2013, p. 131).

Nessa mesma perspectiva, podemos refletir sobre um conceito alargado de animação, onde pretende-se segundo Lopes (2006), que este projete, junto do turismo, a sua capacidade técnica e metodológica de gerar processos participativos e criativos, de aperfeiçoar recursos humanos e de promover a interação social, potencializando o desenvolvimento social e pessoal, mas sempre com a preocupação central de levar a pessoa a um auto-desenvolvimento que decorra das aprendizagens ativas.

Santana (2009) complementa a discussão afirmando que nem a guerra, nem a fome, nem a ânsia de reprodução foram capazes de mover a humanidade quanto a atividade turística, podendo atribuir a ela, essa rede de expectativas, de desejos, de fantasias e estereótipos, “que fizessem do outro uma parte do paraíso particular, quase um para cada turista e para cada um dos que desejariam ser turistas”. (SANTANA, 2009, p. 14).

A área do turismo que dialoga com o patrimônio cultural é justamente aquela do turismo cultural, estando relacionada a todo turismo cujo principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana, segundo Barretto (2001, p. 19). Nesse sentido, Freitas (2012) nos convida a refletir sobre o patrimônio como centro de uma luta contínua pelo poder de significar, através de uma atribuição de um determinado valor aos objetos culturais que atraem os turistas e que está longe de ser uma natureza fixa do próprio objeto.

Nessa perspectiva, o turismo cultural está relacionado atualmente com a atração exercida pelo que “as pessoas fazem”, segundo Santana (2009, p.127), incluindo a cultura popular, a arte e as galerias, a arquitetura, os eventos festivos, os museus e os lugares patrimoniais e históricos, além da vivência de práticas e estilos de vida que diferem dos próprios.

No caso do presente artigo, resalto a importância da discussão do turismo cultural no campo da educação não formal e conseqüentemente da animação sociocultural, dando enfoque à animação turística, enquanto âmbito da animação sociocultural em que “seja possível um turismo povoado de sentidos, emoções, aprendizagens culturais, partilhas de saberes” (LOPES, 2009, p. 133), dirigida aos

adultos e idosos, levando em consideração sua história de vida e os processos educativos.

Há pouca bibliografia sobre o tema da animação turística. Essa modalidade se desenvolveu na segunda metade do século XX nos hotéis do Club Mediterrâneo francês e na Espanha seu surgimento ocorre na década de 70, segundo Cuenca (2009). Na Espanha surge como atividade complementar que pretende entreter os hóspedes e retê-los mais tempo nos hotéis, conseguindo com isso um aumento de gasto de serviços e, especialmente, nos lucros de bar. “Num primeiro momento, o objeto da animação turística era que o turista passasse bem, divertindo-se com atividades recreativas e festivas.” (CUENCA, 2009, p. 119).

Esta forma de encarar a animação turística manteve-se assim durante certo tempo, mas a situação atualmente mudou. Os serviços de animação deixaram de ser algo secundário, convertendo-se em autênticos departamentos que procuram atender a procura de novos turistas que, cada vez mais, querem ser sujeitos ativos na prova do autêntico e na vivência de experiências inesquecíveis, memoráveis.

“A animação turística não é apenas uma realidade desde o ponto de vista de hotéis, mas também dos turistas. Estes consideram-na um elemento importante quando têm de escolher um alojamento para férias. Pelo programas que propõem, os animadores também têm valor nas suas decisões e tomam parte em suas expectativas.” (CUENCA, 2009, p. 119).

Lopes (2009) e Cubero (1991) ressaltam que a Animação Turística como âmbito da Animação Sociocultural não é neutra. Ela assume compromissos com o progresso, a liberdade, a criatividade, a comunicação recíproca, o vencer de medos, temores, inibições, constrangimentos e a valorização do comum em detrimento do individual. Torna-se necessário assim, o turista se envolver para que haja autonomia e conseqüentemente um auto-desenvolvimento.

Nesse sentido, o fato desses novos horizontes que se abrem à animação turística está dando lugar a uma frequente confusão com a animação sociocultural. Dessa forma, Ventosa (2012) nos convida para uma reflexão a partir de suas análises sobre o tema: que lugar ocupa a animação turística em relação à animação sociocultural? Essa é um âmbito da animação sociocultural ou constitui uma modalidade de animação diferente da sociocultural?

Para responder a essas questões, o autor se propõe analisar primeiro as relações entre Animação e Turismo e posteriormente as relações entre as duas modalidades de Animação Turística e Sociocultural. Dessa forma, Ventosa (2002) afirma que o turismo desenvolve o seu trabalho dentro do âmbito do ócio e do tempo livre da população (especialmente dentro do setor relativo às férias, ao festivo e de fins de semana).

“Este âmbito é comum e também utiliza prioritariamente a Animação. Neste sentido, podemos afirmar que Turismo e Animação partilham o

mesmo âmbito de intervenção e da mesma finalidade: converter o tempo livre dos diferentes setores populacionais em ócio, ou seja, num tempo livre bem aproveitado.” (VENTOSA, 2012, p. 32).

Para o autor a animação turística não faz parte da “família” da animação sociocultural, mas com esta mantém relações próximas, especialmente no que diz respeito à metodologia e ao uso de boa parte de recursos lúdico-recreativos, técnicas de grupo e atividades socioculturais.

Assim, podemos pensar a animação turística, como “um conjunto de técnicas orientadas para potencializar e promover um turismo que estimula as pessoas a participarem crítica e informadamente, na descoberta dos locais, sítios e monumentos que visitam” (LOPES, 2006, p. 362), podendo assim ocorrer no estrito respeito pelo meio ambiente e sua preservação, sendo fundamental que a animação turística contribua para a realização do equilíbrio entre o ser humano e o seu patrimônio vital.

Considerações finais

A partir dessa perspectiva, encaro a animação sociocultural como uma didática de participação e com o objetivo de ensinar a participar. Podemos, a partir dessa reflexão sobre o tema, analisar o lazer e o turismo através dos âmbitos de intervenção e da educação no tempo livre, uma experiência em que se pode aprender com prazer e muitas vezes com emoção, como afirma Palhares (2013), pois a educação é impossível de ser concebida descontextualizada das emoções.

Nesse sentido, o mundo rural é hoje atravessado por uma nova valorização, decorrente das procuras alternativas de lazer, longe das grandes metrópoles, do turismo de massas, “sendo definido como um cenário da educação não formal, marcado pela descontinuidade, pela eventualidade, pela informalidade”. (ANTUNES, 2007, p. 29)

Além disso, podemos pensar sobre o espaço empírico da presente pesquisa, as fazendas históricas paulistas, como lugares de lazer, dentro da modalidade cultural e educativa, através da possibilidade de uma experiência educativa em que participem a família dos proprietários, num primeiro momento e em uma ocasião posterior com a participação também da família dos funcionários para que os participantes da experiência de animação turística percebam os modos diferentes de entender a realidade rural, observada segundo enfoques sociais diversos.

A animação turística exige por sua vez uma especial atenção para as relações humanas, a dinâmica de grupos e a convivência, isto implica, colocar acima de tudo, o desenvolvimento de uma ação coerente e continuada de motivação, capaz de suscitar um autêntico interesse no turista e estimular sua participação.

Dessa forma, este artigo tem a intenção de contribuir para as discussões no campo do turismo e do lazer, dirigidos para o atendimento de adultos e velhos, pois é no ato de realizar uma visita a uma fazenda histórica que acontece o encontro, a

socialização de vivências, dos interesses e das necessidades muitas vezes comuns, assim como o reforço de vínculos afetivos e do sentimento de pertencimento, através de suas histórias familiares ou vínculos de amizade, criados entre a própria história do turista e a realidade da fazenda visitada.

Turismo, lazer, educação e patrimônio são fenômenos sociais por excelência. Assim, acredito que este artigo venha contribuir para uma reflexão no campo da educação não formal não como alternativa à escolarização, mas como parte integrante da discussão do tempo livre e do lazer no campo da animação sociocultural, ao longo da vida do indivíduo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Sociologia da educação não formal: reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. **A sociologia na escola**. Porto: Afrontamento, 1989.

ANDER-EGG, E. **Metodología y práctica de la Animación Sociocultural**. Alicante: ICSA, 1983.

ANTUNES, M. C. P. Educação formal e não formal no contexto da educação ao longo da vida. **Revista Educareducere**, ano XIII, n. 20, Portugal, junho, 2007.

BARRETTO, M. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas: Papyrus, 2001.

CUBERO, M. V. **La animación sociocultural: una alternativa para la tercera edad**. Madrid: España Editores, 1991.

CUENCA, M. Âmbitos da Animação Turística a partir do horizonte do ócio experimental. In: PERES, A. N; LOPES, M. S. (orgs). **Animação Turística**. Chaves - Portugal: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, 2009.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FERNANDES, R. S; LIMA, L. M. G. **A metodologia da história oral ou da história falada na pesquisa em educação não formal ou sociocomunitária**. Campinas: Ed. Papyrus, 2014. (no prelo).

FERNANDES, R. S. **Educação não formal**: memória de jovens e História Oral. Campinas: Ed. ArteEscrita/FAPESP, 2007.

FREITAS, J. **Turismo Cultural e Educação de Adultos**: encontros e desencontros. 2012. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Educação. Instituto de Educação, Universidade do Minho – Portugal, 2012.

GARCIA, V. A. **A educação não formal como acontecimento**. 2009. Tese. Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas, 2009.

GROPPO, L. A. Turismo e humanização. In: GROPPPO, L. A; CANDIOTO, M. F. (orgs). **Turismo**: viajar, incluir e humanizar. Taubaté: Cabral Editora, 2005.

LEIF, J. **Tiempo libre y tiempo para uno mismo**. Madrid: Narcea, 1992.

LOPES, M. S. Animação Turística e Âmbitos etários. In: PERES, A. N; LOPES, M. S. (orgs). **Animação Turística**. Chaves - Portugal: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, 2009.

_____. **Animação Sociocultural em Portugal**. Chaves – Portugal: Intervenção, 2006.

PALHARES, J. A. **Gavetos, gavetas e enGAVETados**: constrangimentos e dilemas dos jovens (enquanto alunos) na escola e para além dela. Plataforma Barômetro Social, 2013. Disponível em: <<http://barometro.com.pt/>>.

PEIXOTO, P. O desaparecimento do mundo rural. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, 2004, Coimbra. **Anais...** A questão social do novo milênio. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

SANTANA, A. **Antropologia do Turismo**: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SARRAMONA, J; VÁZQUEZ, G; COLOM, A. **Educación no formal**. Barcelona: Ariel Educación, 1998.

SILVA, A. S; RIBEIRO, F. D. C. Recreação, Lazer, Animação Turística e Educação Intergeracional na Terceira Idade. In: PEREIRA, J. D. L; LOPES, M. S; RODRIGUES, T. M. **Animação Sociocultural, Gerontologia e Geriatria**: a intervenção social, cultural e educativa na terceira idade. Chaves, Portugal: Intervenção, 2013.

SIMSON, O. R. M; PARK, M. B; FERNANDES, R. S. (orgs). **Educação não-formal: cenários da criação**. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001.

SOUSA, J; FONTES, A. C. A Animação Sociocultural e o Patrimônio Cultural. In: PEREIRA, J. D, L; LOPES, M. S. (orgs). **As fronteiras da Animação Sociocultural**. Chaves – Portugal: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, 2011.

TRILLA, J. **La educación fuera de la escuela. Ámbitos no formales y educación social**. Barcelona: Editorial Ariel Educación, 2011.

_____. **Animación Sociocultural: teorías, programas y ámbitos**. Barcelona: Editorial Ariel, 2008.

TURNER, L; ASH, J. **La horda dorada**. El turismo internacional y la periferia del placer. Madrid: Endymion, 1991.

VENTOSA, V. Metodologia e recursos musicais para animar o ócio na terceira idade. In: PEREIRA, J. D. L; LOPES, M. S; RODRIGUES, T. M. **Animação Sociocultural, Gerontologia e Geriatria: a intervenção social, cultural e educativa na terceira idade**. Chaves, Portugal: Intervenção, 2013.

_____. **Manual del monitor de tiempo libre**. Madri: Editorial CCS, 2012.

_____. A Animação Sociocultural e a Educação para o Tempo Livre. In: PEREIRA, J. D, L; LOPES, M. S. (orgs). **As fronteiras da Animação Sociocultural**. Chaves – Portugal: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, 2011.

_____. **Fuentes de la animación sociocultural en Europa**. Madri: Editorial CCS, 2002.

Endereço para correspondência

Renato Reis, 176, casa dos fundos. Jd. América. CEP: 13.084-445. Campinas - São Paulo

Email: liviamglima@gmail.com

Recebido em:
20/09/2014

Aprovado em:
22/11/2014

